



OS EFEITOS DE SENTIDOS DA LINGUAGEM VERBAL
E NÃO VERBAL NO VÍDEO INSTITUCIONAL SOBRE A
REFORMA DA PREVIDÊNCIA

EFFECTS OF SENSE IN THE VERBAL AND NONVERBAL
LANGUAGE USED IN THE BRAZILIAN SOCIAL
SECURITY REFORM INSTITUTIONAL VIDEO

Ana Cláudia Dias RIBEIRO¹

Felipe Gonçalves CARNEIRO²

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Membro do Grupo de Estudos Tocantinense em Análise de Discurso (GETAD). E-mail: ana.ribeiro@ifro.edu.br.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Membro do Grupo de Estudos Tocantinense em Análise de Discurso (GETAD). E-mail: felipegarneiro@yahoo.com.br.





RESUMO

O nosso propósito, neste trabalho, é analisar os efeitos de sentido da linguagem verbal e não verbal, tendo como material de análise o vídeo institucional sobre a reforma da previdência (veiculado em dezembro de 2017). Nosso objetivo foi abordar como ocorreu o processo de construção de sentidos, levando em consideração os efeitos provocados pela linguagem verbal e não verbal constante na materialidade do vídeo. Sabemos que os sentidos se movimentam, o múltiplo e o incompleto se articulam na materialidade, portanto outros sentidos são sempre possíveis, e a linguagem verbal e não-verbal são necessidades históricas que o homem é levado a significar. O vídeo analisado, neste trabalho, foi produzido para ser veiculado na televisão, que é um tipo de mídia que funciona por meio da relação entre a linguagem não verbal e a verbal. Por uma questão ideológica, produz-se um efeito de transparência de sentidos, da informação e da estabilidade. Ancorados na perspectiva da Análise de Discurso de Michel Pêcheux observamos que o enunciado se constrói através do jogo entre o dito e o não dito, por meio do qual o enunciador antecipa um conteúdo, no entanto, ele não tem controle sobre ele, pois um mesmo enunciado poderá provocar diferentes gestos de interpretação.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso; ideologia; linguagem verbal; linguagem não verbal.

ABSTRACT

This work aims to analyze the effects of sense of the verbal and non-verbal language using as analysis material the institutional video made by





the Brazilian government on the social security reform (aired in December 2017). Our goal was to approach the sense construction process, considering the effects caused by the verbal and nonverbal language present in the materiality of the video. We know that the senses swift, the multiple and the incomplete are articulated in the materiality, thus other senses are always possible, and the verbal and nonverbal language are a historical human need that the man is led to signify. The video analyzed in this work was produced to be aired on television, a type of media that works through the relationship between verbal and nonverbal language. For ideological reasons, an effect of transparency of senses, of information and stability is produced. Anchored in the French Discourse Analysis of Michel Pêcheux, we observed that the enunciation is constructed through the game between the said and the unsaid, wherewith the enunciator anticipates a content; nonetheless, he does not have control over it considering that the same enunciation can provoke different interpretative measures.

KEY-WORDS

Discourse; Ideology; verbal language; nonverbal language.

1. INTRODUÇÃO

No presente estudo, visamos a analisar, discursivamente, o discurso do governo presente no vídeo institucional sobre a reforma da previdência, cujo tema se fixa em torno do seguinte enunciado: “Todos pela reforma da previdência. Todos pela Igualdade”. Abordaremos como ocorre o processo de construção de sentidos levando em consideração os efeitos de sentido





provocados pela linguagem verbal e não verbal constante na materialidade do vídeo, na perspectiva da Análise de Discurso francesa, por meio dos estudos propostos por Eni Orlandi.

A constituição epistemológica da Análise de Discurso (AD daqui em diante) estabelece-se num entremeio, visto que se originou do espaço de relações entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Pêcheux (1969) ao estruturar a AD, tomou os conceitos de história, de língua, de ideologia e de inconsciente, de outros campos que ganharam novas dimensões e formulações nas redes discursivas, diferentemente dos campos de origem.

Na Linguística, ele buscou o conceito de língua, sistema de signos, que possui sua ordem própria. E foi, com conceitos advindos do Marxismo, que Pêcheux moldou a AD, considerando a língua em relação com a história e a ideologia na produção de sentidos, tendo como base a releitura que Althusser faz dos textos de Marx. Dessa forma, a AD trabalha com materialidade da língua (não abstrata como era para Saussure), em que a produção de sentidos é determinada pela posição social do sujeito (regulado pelo lugar) e pela historicidade, em que a história tem seu real afetado pelo simbólico (ORLANDI, 2015).

Acrescentemos a contribuição da Psicanálise freudo-lacaniana em que Pêcheux buscou o conceito de inconsciente (que cliva, ou seja, divide o sujeito). Assim, postula-se que quem determina o sujeito é a linguagem. Na ótica da AD, a língua é a base material dos processos discursivos e considera a linguagem como prática de interação entre o homem e a realidade social, trabalho simbólico e, não, instrumento de comunicação (ORLANDI, 2015).

Na perspectiva da AD, nem os sujeitos nem os sentidos estão prontos e acabados, ambos são constituídos na relação constante do simbólico e da história (ORLANDI, 2015), ou seja, os sentidos não são imanentes. Assim





sendo, a AD reconhece a existência de múltiplas linguagens, procurando entender seu funcionamento na produção de sentidos. O estudo do silêncio, visto pela ótica da AD, explicita uma importante diferença entre a linguagem verbal e a não verbal; o silêncio tem muitas formas. Orlandi (2007) dividiu o silêncio em duas categorias: a) o silêncio fundador: a presença do não-dito; b) a política do silêncio: onde temos o b1, silêncio constitutivo em que para dizer é preciso não-dizer e b2, o silêncio local, que se refere à censura. Portanto, o silêncio é matéria significativa e tem primazia sobre as palavras, não pode ser traduzido por elas, pois ele significa por si só.

É importante salientar que o processo de construção de sentidos não ocorre de maneira aleatória, a partir da reflexão sobre o silêncio, pode-se perceber as relações que ocorrem entre a indistinção, a instabilidade e a dispersão no âmbito do discurso. Nesse sentido, para Orlandi:

O sentido tem uma matéria própria, ou melhor, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira. Entre as determinações – as condições de produção de qualquer discurso – está a da própria matéria simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc e sua consistência significativa. (ORLANDI, 1995, p.39)

Os sentidos se movimentam, o múltiplo e o incompleto se articulam na materialidade, portanto outros sentidos são sempre possíveis, e as várias linguagens são necessidades históricas que o homem é levado a significar.

A materialidade a ser analisada neste trabalho foi produzida para veicular na televisão, que é um tipo de mídia que funciona através da redução do não verbal ao verbal, que por um efeito ideológico, produz um efeito de transparência de sentidos da informação e da estabilidade, de acordo com





Orlandi (2007). Para a AD a mídia funciona sob três mistificações. A primeira, trata-se do mito da informação: na qual o verbal ganha legitimidade de interpretação, sobrepondo às outras linguagens, de acordo com um discurso já consolidado socialmente. O segundo mito é o da Ciência, na produção científica a linguagem não verbal é diminuída para garantir a literalidade da linguagem. O último mito é do modo de relação do falante com a mídia, no qual o sujeito, diante de um objeto simbólico, é impelido a produzir sentidos, mas por um efeito ideológico ele é levado a crer que o sentido sempre esteve lá, como origem. Assim, produzindo um esquecimento de que tanto os sujeitos quanto os sentidos são construídos em relação à historicidade. Para Orlandi “as palavras não são apenas nomes (almas) que se dissolvem. Elas são corpo (materialidade) e têm o peso da história.” (1995, p. 47)

Dessa forma, nossa proposta é analisar a materialidade como acontecimento discursivo sob a perspectiva de que nela o governo tenta imbricar uma relação de força entre o que é dito e o não dito ou interdito.

2. AS NOÇÕES QUE NOS AFETAM

A Análise de Discurso é uma disciplina de interpretação, que se interessa pelos diferentes modos de significar, buscando estudar a língua em uso, considerando as condições de produção que envolvem discurso e sujeitos. É importante salientar que, para a Análise de Discurso, o sujeito, ao se constituir como tal, é marcado pela historicidade e pela ideologia e atravessado pelo inconsciente; tornando-se clivado, ou seja, dividido.

Esta concepção do discurso atravessado pelo inconsciente se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito descentrado, dividido, clivado, barrado... pouco





importa a palavra desde que longe do desdobramento do sujeito ou da divisão como efeito sobre o sujeito do seu encontro como o mundo exterior (...) (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28)

“Entrar” na linguagem é constituir-se sujeito, numa relação com o outro e com a exterioridade, uma vez que a entrada no simbólico é contingente e sempre mediada com outro. Contudo, esse sujeito tem a ilusão de ser a fonte, origem de seu discurso, embora ele não tenha controle sobre o que diz. Isso aponta para o fato de que, na constituição do sujeito do discurso, ocorrem duas constituições: na primeira, o sujeito é interpelado pela ideologia, mas se acredita livre, individual e, na segunda, o sujeito é constituído de inconsciente, no entanto, acredita estar o tempo todo consciente. Assim, o dizer do sujeito é determinado sempre por outros dizeres. Isso ocorre, segundo Pêcheux (1969), devido a dois tipos de esquecimentos. O “esquecimento nº 1” é decorrente da ideologia, ocorre, quando o sujeito acha que seu dizer tem origem em si. Esse apagamento ocorre por conta da ideologia e do inconsciente que apaga tudo que não pertence a sua formação discursiva. Enquanto isso, o “esquecimento nº 2” ocorre, quando o sujeito produz a enunciação de uma maneira e não de outra, quer dizer seleciona determinados dizeres e “apaga” outros.

Para a AD, a ideologia é um mecanismo de funcionamento de construção e de constituição de sentidos, sendo que a ideologia se materializa por meio da língua. A AD se interessa pelo homem falando, ou seja, pelo discurso, entendido neste campo teórico como a palavra em movimento. A AD se interessa em compreender a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da





sua história. Nessa perspectiva, concebemos a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Por meio dessa mediação que é o discurso, torna-se possível tanto a permanência e a continuidade; quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. Portanto, a ideologia constitui-se como conceito fundamental, já que alia o linguístico ao sócio histórico, sendo ela responsável pela própria constituição do sujeito e dos sentidos.

Em seu livro “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”, Althusser ([1969] 1980) apresenta sua teoria acerca dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE); na qual postula que a religião, a escola, a família e as instâncias políticas funcionam com o predomínio da ideologia, às vezes também utilizam da violência, porém de maneira simbólica. É também por meio dos AIE que se desenvolvem as lutas de classe ao longo de toda história. Cada massa que fica pelo caminho está praticamente recheada da ideologia que convém ao papel que ela deve desempenhar na sociedade de classes: papel de explorado (com saber manejar a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou profissionais da ideologia (que saibam tratar as consciências com o respeito, isto é, com o desprezo, a chantagem, a demagogia que convêm, acomodados às sutilezas da Moral, da Virtude, da “Transcendência”, da Nação, do papel da França no mundo, etc.). (ALTHUSSER, 1980, p.66)

Ainda de acordo com Althusser (1980, p. 91) “só existe ideologia através do sujeito e para o sujeito”. Compartilhando desse conceito, no âmbito da AD é ponderado que a ideologia é quem interpela os indivíduos, tornando-os sujeitos; estes, ocupando posições discursivas diferentes podem produzir diferentes sentidos, de forma que o sentido sempre pode ser





outro. Nesta direção, utilizaremos o procedimento parafrástico, proposto por Pêcheux, que consiste na substituição, que evidencia outro sentido mobilizando o efeito metafórico para pensar a tensão mesmo/diferente; o que torna possível a realização de (re)associações e reformulações diante das condições de produção. Vale ressaltar que é sempre possível dizer de outra maneira, utilizar outras imagens, destacar outros pontos, enfocar outras questões, ou seja, é permitido fazer outras (re)formulações. Nesse sentido, um aspecto a se considerar é o que chamamos de formações imaginárias. Nas palavras de Pêcheux ([1969] 2014, p. 82) “O que funciona nos processos discursivos é uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Transpondo para as condições de produção do vídeo em questão, podemos dizer que o enunciador (sujeito publicitário), a partir dos objetivos propostos pelo co-enunciador (o anunciante, neste caso o governo), projeta a imagem de seu interlocutor, e, de acordo com suas projeções, a ele se dirige, selecionando argumentos que façam com que o interlocutor compartilhe de suas ideias. O sujeito publicitário apropria-se dos objetos que o pré-construído fornece e utiliza-os em seu projeto de dizer, imbuído pela ilusão de que esse dizer o pertence. O interlocutor, por sua vez, possui uma constituição sócio-histórica e ideológica, que faz com que ele adira ou não, àquelas formulações. Outro aspecto a ser considerado é a antecipação, que rege a argumentação de modo que o enunciador/sujeito publicitário diga X e não Y, conforme o efeito que ele visa alcançar em seu interlocutor. A esse respeito Pêcheux ([1969] 2014) nos diz o seguinte:





Isso implica que o orador experimente de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o “espera”. (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 77)

Dessa forma, podemos pontuar que todo texto, seja ele verbal ou não verbal, é repleto de sentidos, e, a neutralidade é apenas uma ilusão imprescindível para a formulação do discurso. Em relação aos sentidos, não podemos deixar de mencionar o pré-construído; trata-se de dizeres naturalizados, visto sua repetibilidade, causando um efeito de sentido já-lá, é determinado por uma dada formação discursiva (FD). Para a AD, todo dizer se constitui a partir de um já-dito, isto é, de uma memória. Ao enunciar, ocorre a tomada de posição do sujeito em relação a uma memória, entre outras. Para as palavras significarem é preciso produzam uma memória discursiva.

De acordo com Orlandi (2015), a essa memória constitutiva e discursiva, chamamos interdiscurso, que ultrapassa a materialidade linguística, levando a considerar o não explícito para buscar a ideologia presente no enunciado, que vem

pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentido constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder. (ORLANDI, 2015, p. 30)

Nesse contexto, é importante verificar que nenhum discurso é construído aleatoriamente, ao contrário podemos observar: “... que em toda sociedade a





produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes, dominar seu conhecimento aleatório [...]” (FOUCAULT, 2012, p.8-9). Para Foucault, a relação de verdade, ocorre no discurso, de forma ligada a sistemas de poder que a produzem e a feitos de poder que induzem sua reprodução. E o poder, para esse autor, é uma prática social constituída historicamente.

Sabemos que estamos tratando de um objeto, materialmente, heterogêneo, o que demanda ser compreendido a partir da composição; não no sentido de complementaridade, mas como propõe Lagazzi (2012), por meio da imbricação, cada uma fazendo trabalhar a incompletude da outra, se entrelaçando na contradição.

3. UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO SOBRE O VÍDEO INSTITUCIONAL DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Faremos uma análise da discursividade, buscando relacionar os efeitos da linguagem verbal sobre a não verbal, presente no vídeo institucional sobre a reforma da Previdência do Governo Federal, veiculado na televisão a partir de 17 dezembro de 2017. Em busca do apoio da população à reforma da Previdência, o governo de Michel Temer (2017) lançou uma campanha publicitária, visando defender a reforma da previdência. A mídia televisiva tenta silenciar o não verbal, por meio de um processo parafrástico, em que os textos verbais disciplinam a interpretação da imagem, como podemos observar no vídeo em análise que possui duração de 1 minuto e 18 segundos. Encontra-se organizado em plano-sequência, no qual a narrativa se desenrola em um único plano, sem cortes.





No cenário do vídeo, temos a utilização de um recurso chamado de *background*, pela cinematografia, que consiste na utilização de um fundo escuro onde estão os personagens que só são vistos à medida que a incide a luz sobre eles, causando um efeito de dramaticidade. Além disso, foi utilizado o plano médio de enquadramento, que consiste em focalizar o personagem na altura da cintura para que o ator apareça maior e mais presente, permitindo observar, de forma mais aproximada, a expressão dos atores e o apelo dramático.

Imagem 1 – *Background*



Fonte: Portal Paraná.

O vídeo inicia com dois personagens homens, com aparência distinta e encontram-se sentados lado a lado, nos primeiros segundos da filmagem. Em seguida, é utilizado o recurso de *background* para compor o paralelismo entre os personagens, alternando o foco sobre personagem mencionada pelo narrador, para não causar dúvidas ao telespectador, numa tentativa de conduzir a construção dos sentidos. Um dos personagens encontra-se de terno, barba feita, o outro com roupa amassada e barba por fazer, a expressão fisionômica também se difere: um está feliz, o outro apresenta um semblante triste.





Os personagens não falam, uma voz em *off*, recurso em que o narrador faz o registro, mas que não aparece no quadro/enquadramento, vai apresentando os dois que vão aparecendo alternadamente, em sincronia com a luz que incide sobre o personagem a quem se refere o narrador. Observa-se uma relação de paráfrase estabelecida entre a combinação da linguagem verbal e não verbal, imprime um movimento de revelação da verdade, que estava escondida e que é preciso tornar conhecida. Podemos entrever a voz funcionando como uma legenda da imagem, na qual se descreve as cenas por meio do discurso indireto, causando um efeito de transparência; movido pelo esquecimento nº2 o sujeito apaga outras possibilidades de dizer e tem a ilusão de pode controlar a dispersão dos sentidos. No entanto, podemos ter diferentes efeitos de sentidos ao interpretar a imagem pelo olhar, ou pela voz que narra, pois trata-se de apreender a matéria significante de forma diferente (SOUZA, 2015). Nesta perspectiva, o interlocutor, a partir da incompletude da linguagem, pode produzir outros textos ou outras imagens a partir de seu gesto de leitura.

Nessa materialidade, observa-se uma tentativa de apagamento de um conjunto de recursos constituintes da linguagem não-verbal, como se fosse apenas um cenário, reduzido a um mero complemento da linguagem verbal, uma vez que as imagens são traduzidas pelo narrador em *off* que impõe o sentido a elas, ou seja, é o verbal sobrepondo o não-verbal. Permitindo, inclusive, que espectador televisivo, apenas ouça o enunciado (sem vê-lo) sem que isso cause prejuízo à apreensão do que o vídeo transmite. No entanto, para a perspectiva discursiva a qual nos filiamos, por se tratar de uma materialidade heterogênea, exige que a consideremos, numa perspectiva de combinação ou imbricamento.



Imagem 2 – Comparação



Fonte: Portal Paraná

Voltando aos personagens do vídeo, ambos se chamam João, são formados em direito e têm 60 anos. Ademais, a escolha do nome também significa, pois trata-se de um nome simples, bastante comum no Brasil, e isso pode favorecer a identificação por parte do interlocutor. Além disso, o narrador estabelece uma relação de comparação, enumerando as diferenças entre os dois personagens, por meio de um movimento de paráfrase entre o verbal e o não verbal. Um João (com roupa amassada e triste) trabalha na iniciativa privada, enquanto o outro (o de terno e feliz) é aposentado há 10 anos, era alto funcionário público e se aposentou com um salário de R\$ 35.000,00.

Imagem 3 – Salário



Fonte: Portal Paraná.



Vale ressaltar que o texto narrado aparece em forma de legenda (pontuando algumas informações narradas) durante todo o vídeo, e cabe o registro que quando é mencionado o valor da aposentadoria do João que é servidor público, fizeram questão de registrar todos os dígitos correspondentes. No entanto, ao mencionar que o outro ainda vai esperar mais 5 anos para se aposentar por idade, recebendo apenas o teto limite da previdência, a indicação do valor é representada de forma imprecisa, informando que ele irá receber 5 mil e poucos reais. Portanto, as imagens trazem indícios que favorecem a compreensão simbólica e ideológica da narrativa.

Imagem 4 – Todos pela reforma da previdência. Todos pela igualdade.



Fonte: Portal Paraná.

Fazendo um recorte do enunciado que aparece ao final do vídeo, temos o seguinte: “TODOS PELA REFORMA DA PREVIDÊNCIA. TODOS PELA IGUALDADE.” Na primeira parte, há um sintagma nominal constituído pela nominalização do verbo “reformatar” transformado no substantivo “reforma”, que deixa de desempenhar a função de núcleo da oração, pois a carga semântica, agora, incide sobre o fato que foi nominalizado, provocando um efeito de silenciamento dos agentes. A posição focal não é do agente que irá realizar a reforma, uma vez que foi deslocada para os apoiadores da reforma. Ao que





se refere ao uso do pronome indefinido “todos”, o enunciador/narrador deixa entrever um convite à população para se engajar nessa proposta, de se incluir nesse “todos” e apoiar a realização da reforma.

Retomando o segundo sintagma nominal do enunciado, tem-se a questão da igualdade. Igualdade de quê? Podemos perguntar. Para a AD, todo discurso tem relação com o que já foi dito (o esquecimento 2, mencionado anteriormente). No entanto, para efeito de convencimento, o sujeito pode se colocar no lugar de seu interlocutor para regular sua argumentação e escolher seu discurso, de acordo com o efeito que deseja produzir. No vídeo, ao colocar em comparação dois sujeitos, diferenciando-os quanto ao vínculo empregatício e chamando o sujeito que é servidor público de privilegiado, o discurso aciona a memória do interlocutor, relacionando-o a outros discursos proferidos anteriormente. Numa combinação entre a linguagem verbal e não verbal, poderíamos inferir que se trata da igualdade dos valores recebidos após aposentadoria entre trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público.

O enunciado aciona já-ditos, discursividades produzidas por outras vozes, em outros lugares, sentidos que foram se historicizando, marcados pela ideologia e pelas relações de poder (Orlandi, 2015). Em 1989, o governo neoliberal de Fernando Collor de Mello prometeu uma verdadeira caçada aos “Marajás”, palavra esta utilizada para se referir aos funcionários públicos, então tidos como privilegiados. Observamos que esse discurso de que os funcionários públicos são privilegiados ressurgiu no governo Temer e faz parte do jogo de contraste provocado pelos dois personagens, jogando com os sentidos da posição sujeito que cada um representa. O vídeo deixa entrever uma referência ao funcionalismo público como responsável pelo (suposto) déficit na previdência social, recebedor de salário milionário, que gozou





da estabilidade no emprego e nunca ficou desempregado; referenciado na imagem pelo João bem vestido e sorridente. A peça publicitária, portanto, evidencia que o modelo atual de previdência beneficia os servidores em detrimento aos trabalhadores da iniciativa privada.

Por outro lado, outros dizes são silenciados. Observamos que o profissional escolhido para representar os trabalhadores foi um advogado que atua como servidor público no poder judiciário, por que não escolher um professor? Se assim o fizessem, não conseguiriam obter o efeito de verdade produzido pela escolha realizada. Da maneira como a formulação foi realizada produz o apagamento na enorme disparidade entre os vencimentos mesmo entre os servidores públicos; no âmbito do legislativo e do judiciário, os salários são bem maiores que os do executivo. Existe, ainda, no enunciado, uma generalização, usou-se o caso de um servidor público específico do judiciário, possibilitando o entendimento de que todos os servidores públicos se aposentam cedo e ganham salários em torno de 35 mil reais. Segundo a Secretaria da Previdência (2017), as maiores aposentadorias estão no legislativo/MP (Congresso Nacional), judiciário e militares/MP. Dessa maneira, a projeção do dizer do enunciador visa como interlocutor, os trabalhadores que são da iniciativa privada, que ganham menos, poderão identificar-se com “todos” do enunciado e se colocar a favor da reforma. Ataca-se, também, a aposentadoria por tempo de contribuição, à medida que se coloca em evidência o servidor público com a mesma idade do outro João, tendo se aposentado 10 anos antes.

O discurso neoliberalista tem como característica reduzir o papel do estado, nas políticas sociais, promovendo a privatização de empresas e dos serviços estatais. Ou seja, o Estado evidencia ações à política econômica





em detrimento da política social. Segundo Foucault (2007), os discursos na sociedade são controlados, selecionados e organizados por instituições, as quais instauram e/ou reproduzem discursos como uma das formas de manter o controle social e instaurar a verdade. Além disso, são as relações de forças que dizem respeito ao sujeito enunciador ou codenunciado (governo) e o interlocutor, ou seja, as palavras produzem sentidos diferentes dependendo do lugar que o sujeito ocupa, de acordo com as relações hierarquizadas, que constituem a sociedade. O fato de ser uma campanha publicitária advinda do governo produz para o interlocutor um valor de verdade.

O anúncio silencia o fato de que em reformas previdenciárias anteriores, muita coisa foi modificada. Por exemplo, fica no plano do não dito que embora a média de vencimentos no executivo seja de 8.500 reais, quem entrou no serviço público depois de 5 de fevereiro de 2013, e recebe mais que o teto da previdência, que atualmente, é de 5.645 reais, somente receberá aposentadoria integral se aderir ao plano complementar de previdência (Funpresp), diferentemente, do valor de R\$ 35 000,00 informado no vídeo, realçado pelo uso de letras garrafais em “SALÁRIO INTEGRAL”. Além disso, houve aumento no valor da contribuição para previdência, além de que foi adicionado o fator idade ao tempo de serviço. O que seria privilégio? Desde a última reforma ocorrida na previdência no ano de 2013, os servidores federais homens precisam de 60 anos de idade e 35 anos de contribuição para se aposentar, enquanto as mulheres precisam de 55 anos de idade e 30 de contribuição e devem respeitar o teto limite do INSS. Seria este o privilégio?

As enunciações utilizadas para circunstanciar o acontecimento discursivo reforma da previdência, acionam pré-construídos e a memória de interlocutor, que de acordo com a interpelação ideologia e a FD a que está filiado, pode





ou não aderir aos argumentos postos. Nesse jogo de projeções imaginárias e antecipações, enunciador e co-enunciador (governo) se posicionam como os “salvadores da pátria”, dispostos a resolver todas as “injustiças” e as “desigualdades” no âmbito da aposentadoria. No entanto, em seu discurso, em vez de combater a desigualdade, realça as diferenças de renda entre os trabalhadores e reforça a discursivização de que os servidores públicos seriam os responsáveis pela crise na previdência.

A seguir, buscamos construir enunciados parafrásticos, visando jogar com os sentidos do enunciado: “Todos pela reforma da previdência. Todos pela igualdade”, possibilitando outras diferentes produções de sentidos. Para isso, fizemos algumas substituições possíveis do pronome “todos” por outros possíveis agentes, para mostrar várias possibilidades não-ditas no anúncio:

- a) “Militares pela reforma da previdência. Militares pela igualdade”;
- b) “Judiciário pela reforma da previdência. Judiciário pela igualdade”;
- c) “Parlamentares pela reforma da previdência. Parlamentares pela igualdade”;
- d) “Servidores públicos pela reforma da previdência. Servidores públicos pela igualdade”;
- e) “Trabalhadores da iniciativa privada pela reforma da previdência. Trabalhadores da iniciativa privada pela igualdade”;
- f) “Empresários pela reforma da previdência. Empresários pela igualdade”;
- g) “Professores pela reforma da previdência. Professores pela igualdade”.

Nesse movimento de sentidos provocado pelos enunciados parafrásticos, pode-se evidenciar outras interpretações possíveis, que mostram pontos convergentes e divergentes do enunciado original. Desse modo, observa-se que diferentes grupos poderão identificar-se como os agentes do enunciado





em questão. Numa relação parte pelo todo, em que cada grupo (mulheres, homens, funcionários públicos, funcionários da iniciativa privada etc,) estaria representado pelo pronome “todos” posto em questão. Pode-se observar o que não está dito ou não pode ser dito, por uma forma de censura, o não dizer significa. Cada uma das possibilidades elencadas resulta em conclusões diferentes, em consequência dos diferentes gestos interpretativos de sentidos, da relação dos sujeitos com a ideologia e com o simbólico.

Se realizamos esse mesmo movimento, agora na tentativa de completar o sentido em suspenso da segunda parte do sintagma nominal “todos pela igualdade”, logo, surge o questionamento: igualdade de quê? Listaremos algumas possibilidades a seguir:

- a) “Todos pela reforma da previdência. Todos pela igualdade de direitos”;
- b) “Todos pela reforma da previdência. Todos pela igualdade de salários”;
- c) “Todos pela reforma da previdência. Todos pela igualdade de condições de trabalho”;
- d) “Todos pela reforma da previdência. Todos pela igualdade de condições de aposentadoria”.

Se observamos bem, as formulações a) e b) dificilmente iriam ser realizadas pelo enunciador/co-enunciador, uma vez que poderiam suscitar no interlocutor a cobrança por ter o mesmo salário daquele que é discursivizado como como privilegiado, com altos salários, ou seja, o servidor público. O locutor poderia, ainda, exigir os mesmos direitos dos servidores públicos. Mas, esses sentidos encontram-se interditados à medida que há uma ocorrência discursiva que aponta os servidores públicos como responsáveis pela crise, motivadora da proposta de reforma. De forma que o que a reforma da previdência seria o caminho para alcançar a igualdade.





Nesse movimento parafrástico, jogamos com o enunciado no plano da dispersão, o que nos possibilitou compreender seu funcionamento discursivo e a construção de sentido, pois, embora todo dizer possua sempre algo que se mantém, situado no plano da memória ou já-dito, promovendo a estabilização dos sentidos, a linguagem não é transparente, está sujeita a falhas e rupturas.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No vídeo analisado, pudemos entrever uma tentativa de domesticar os sentidos, buscando sobrepor a linguagem verbal à não verbal, por meio dos mecanismos de antecipação e formação imaginária que foram regulando as formulações do sujeito publicitário, que por efeito da ideologia e do inconsciente, julga ter controle sobre o que diz. No entanto, não passa de ilusão a possibilidade de poder controlar os sentidos. Observamos que enunciatador e co-enunciatador (governo) mobilizam dizeres que vão acionar a memória discursiva, recuperando já-ditos produzem efeito positivo das mudanças, no imaginário coletivo. Nesse sentido, a reforma da previdência é evidenciada, por meio da discursivização governamental, como uma coisa boa e necessária para promoção da igualdade, tal discursivização visa instaurar ou (re)produzir discursos para atingir o controle social.

No entanto, no nosso gesto interpretativo, mostramos que ao tratar de uma materialidade heterogênea, todos os elementos que a compõe significam, não de forma complementar, mas imbricada, combinada entre si: a escolha do nome dos personagens, a profissão, o fundo preto, a vestimenta, o enquadramento da cena, a legenda, a voz em *off*, o que é posto em destaque e como é destacado.





Por fim, mobilizamos o movimento parafrástico, jogamos com o enunciado no plano da dispersão, o que nos possibilitou compreender seu funcionamento discursivo e a construção de sentido, pois, embora todo dizer possua sempre algo que se mantém, situado no plano da memória ou já-dito, promovendo a estabilização dos sentidos, a linguagem não é transparente, está sujeita a falhas e rupturas. Desse modo, elencamos alguns não ditos, mas que deixam-se entrever por meio dos deslizamentos de sentidos, por meio deles podemos vislumbrar as outras possibilidades de dizer que foram silenciadas ou interditas por não favorecer a argumentação antecipada no projeto de dizer do enunciador e do co-enunciador.

Para se naturalizar um discurso, é necessário repeti-lo inúmeras vezes, a ponto de se identificar uma formação discursiva. Por isso, o discurso político de que a reforma da previdência iria proporcionar a igualdade foi replicado nas redes sociais, em escolas, em igrejas e em demais aparelhos ideológicos ao ponto de se naturalizar; e, o sujeito ao se identificar com esse discurso, adota-o para si, por acabar se tornando parte de sua formação discursiva.

É importante ressaltar que apresentamos, neste trabalho, uma possibilidade interpretativa para a construção dos sentidos acerca do vídeo institucional sobre a reforma da previdência, o que não quer dizer que seja a única possível, visto a interpretação é resultante de um gesto de leitura, cujas possibilidades são inúmeras.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Lisboa: Presença. Martins Fontes. Graal, 1980.

RIBEIRO, A. C. D.; CARNEIRO, F. G. Os efeitos de sentidos da linguagem verbal e não verbal no vídeo institucional sobre a reforma da previdência. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 73-96, set./dez. 2020.





AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)**. Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderlei Geraldi. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, 1990.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012

HANSEN, F. A noção de pré-construído e seus desdobramentos no processo criativo do discurso publicitário. **Revista Organon**, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 137-49, 2010.

LAGAZZI, S. O exercício parafrástico na imbricação material. In: ENANPOLL, 27, Rio de Janeiro, 2012. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [S. n.], 2012. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/anpoll/resumos/SuzyLagazzi.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2012.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. Efeitos do verbal sobre o não verbal. *Rua*, Campinas, v. 1, n. 1, 35-47. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rua.v1i1.8638914>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 2014. p. 59-158.





PROPAGANDA sobre a Reforma da Previdência. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (1m18s). Publicado pelo canal Paraná Portal. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cl-7H-_oJTk Acesso em 10 de maio de 2019.

SOUZA, T. C. C. de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. *Rua*, v. 7, n. 1, p. 65-94, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rua.v7i1.8640721>. Acesso em: 14 out. 2019.

